

Ghali propõe envio duma força policial a Moçambique

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, propôs ao Conselho de Segurança o envio a Moçambique de um contingente policial de 128 homens, para supervisionar as actividades da Polícia moçambicana, e o prolongamento da missão da ONUMOZ por mais um ano. Mas a prorrogação formal do mandato está dependente da conclusão da lei eleitoral.

O Secretário-Geral da ONU afirma no seu relatório, que o processo de paz em Moçambique está mais sólido e que existem agora no país boas perspectivas de cumprimento dos acordos de Roma.

Nessa base, Boutros Ghali recomenda ao Conselho de Segurança o prolongamento do mandato da missão das Nações Unidas por mais um ano, até Outubro de 1994, data-limite para a realização das primeiras eleições multipartidárias no país.

Boutros Ghali propõe como medida de precaução, que a presença da ONU em Moçambique seja condicionada a revisões trimestrais do cumprimento dos acordos de Roma, e adverte que «se esses acordos não forem cumpridos, as Nações Unidas poderão retirar-se».

Ascende a 6500 o número de pessoal militar da ONU presente em Moçambique, seis mil dos quais são soldados e a maioria dos restantes observadores. Boutros Ghali afirma estar disposto a enviar para Moçambique 128 observadores da Polícia.

Nos termos de um calendário revisto recentemente, as tropas do Governo e da Renamo vão começar a deslocar-se para zonas de acantonamento ainda este mês. O processo de desmobilização dos exércitos deverá estar concluído em Maio. O novo Exército nacional deve estar operacional em Setembro.

O Conselho de Segurança renovou no passado fim-de-semana o mandato da missão da ONU em Moçambique por uma semana, para dar tempo ao Secretário-Geral para concluir o seu relatório sobre o processo moçambicano de paz.

O Conselho de Segurança da ONU deverá reunir-se ainda esta semana para formalizar o prolongamento da missão da ONUMOZ, mas segundo fontes das Nações Unidas «tudo está dependente da conclusão dos trabalhos de elaboração do Anteprojecto de Lei Eleitoral».

O Ministro do Trabalho, Teodato Hunguana, diz que não há evolução positiva na preparação da lei eleitoral e afirma acreditar que a atitude da Renamo seja de pensar que o Governo, porque tem de dar notícias às Nações Unidas, está apertado com a questão do tempo, então terá que ceder «mesmo que essa cedência signifique suicidar-se».

Explicou que o bloqueamento se deve ao facto de a Renamo estar a exigir «um director e dois vice-directores nomeados pela Renamo e por outros; quer dizer, transformar esse órgão executivo numa trika».

Teodato Hunguana afirmou que para o Governo, isso além de ser inaceitável, porque esse secretariado é uma estrutura do Governo, não tem nada que envolver partidos, dado que vai executar aquilo que for decidido pela Comissão Nacional de Eleições que tem uma composição partidária.

«Se o secretariado técnico da administração eleitoral por alguma razão for manipulado e estiver a distorcer as suas decisões, pura e simplesmente é questionada pela Comissão Nacional de Eleições», disse o governante moçambicano.

Hunguana referiu ainda o facto de o Governo ter cedido na questão da composição da Comissão Nacional de eleições (10 representantes do Governo e 10 da oposição, incluindo a Renamo) o que significa que as decisões são tomadas por consenso.

«Não satisfeito com isso — referiu o Ministro do Trabalho — a Renamo quer que ao nível da execução também se multipartidarizasse o esquema. Isto para nós não tem outro sentido se não aquele de que ou quer entrar no Governo pela porta do cavalo, ou quer pura e simplesmente bloquear o processo».

O outro problema que se levanta na conclusão da elaboração da lei eleitoral é que o Governo pretendia que as comissões provinciais e distritais de eleições fossem presididas por juizes profissionais. A justificação é que essas comissões pura e simplesmente aplicam a lei e cumprem as decisões da Comissão Nacional de Eleições, não têm nada a deliberar, pelo que devem ser presididas por alguém que sabe o que é aplicação da lei.

A ideia foi contestada pela Renamo, e «soubes-se depois que é porque a Renamo tem uns juizes detidos e torturados e está

com o receio de que haja uma retaliação da classe da magistratura, uma questão que nada temos a ver».

Teodato Hunguana realçou que o Governo propunha uma composição que não era partidária, mas que a Renamo exigiu que ao nível da província e do distrito se reproduzisse a composição da Comissão Nacional de Eleições. «Burocratismo», disse.

Após discussões prolongadas, a Renamo, no dizer do Ministro Hunguana, virou o disco e disse que pretendia 50 por cento dos distritos e províncias a presidir.

«Estas questões deviam ter sido discutidas num encontro ontem, quinta-feira, com o Ministro da Justiça, mas o senhor José de Castro disse que estava numa reunião preparatória de uma outra que ia ter com o presidente dele».

Um diplomata ocidental fez notar que no processo moçambicano, por vezes há pronunciamentos que não são nada felizes, e referiu o facto de quando estava a ser discutido o voto das comunidades moçambicanas no estrangeiro o representante especial da ONU em Moçambique, Aldo Ajello, ter feito uma declaração pública, citando o exemplo da Itália em que as comunidades fora do país não votam. «Isto é tomar partido numa discussão por parte de uma entidade que é suposta de observar, de aproximar as posições das partes», observou o diplomata que pediu o anonimato.

Disse ainda que por vezes se especula sobre a origem das posições da Renamo e sobre a intangibilidade de certos posicionamentos. «A questão é saber quem está de facto a aconselhar a Renamo. Que interesses é que animam essas posições. Interesses de paz, ou interesses de anular completamente a existência do Governo?», interrogou-se o diplomata, referindo o facto de na sua opinião, estar-se a pretender determinar uma outra situação antes das eleições, para se fazer eleições. «São as eleições que devem determinar uma nova situação», concluiu.